A usurpação temerária do poder presidencial e a cunhagem de uma política reacionária na frágil democracia brasileira

RENATO NUNES BITTENCOURT*

Resumo

O artigo analisa a conjuntura golpista perpetrada por grupos reacionários do establishment político brasileiro que, em sua sanha antidemocrática, não poupou esforços para desestabilizar o legítimo governo da Presidenta Dilma Rousseff, afastando-a do poder graças a manobras escusas pretensamente chanceladas como um impeachment legal.

Palavras-Chave: Democracia; Golpe de Estado; Espoliação Política; Reacionarismo.

* **RENATO NUNES BITTENCOURT** é Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ/Professor da FACC-UFRJ.

Introdução

As artimanhas golpistas dos parlamentares direitistas brasileiros, defensores de interesses alheios ao da soberania democrática, possibilitaram ao usurpador temerário uma primeira vitória em sua luta obscurantista pela instauração de um regime plutocrático alinhado horrendamente a grupos nitidamente fascistas no Brasil, afastando ilegitimamente do poder a Presidenta Dilma Rousseff. Sob a égide do usurpador temerário da república brasileira, uma súcia de salteadores realiza suas negociatas ilícitas nos assentos ministeriais.

Apesar das suas máscaras republicanas, os ignominiosos valetes do usurpador temerário são consortes dos mais horrendos dispositivos fascistas infiltrados na ordem política brasileira que, apesar de seu sofrido processo de redemocratização, não conseguiu expurgar das suas estruturas culturais esse fantasma reacionário e necrófilo. Porém, a vitória fascista nessa primeira batalha antidemocrática é o estímulo para o somatório de forças criativas dos diversos segmentos multitudinários de esquerda que combatem essa estrutura retrógrada que vende publicamente a imagem de projeto político progressista para seduzir consciências embotadas com seu discurso demagógico de empreendedorismo mercadológico. A maldita ponte para o futuro apregoada pela política temerária na verdade é um projeto de espoliação da coisa pública brasileira em conformidade com a agenda neoliberal que no final jogará o Brasil na lama do passado reacionário e avesso ao processo de emancipação social, ou seja, um verdadeiro crime contra a soberania nacional que deverá ser inapelavelmente justiçado em breve. Para esses temerários destruidores da coisa pública brasileira conviria na verdade que fossem emparedados pelos muros do cárcere.

O ódio ao vermelho

A fobia hiperbólica do reacionarismo fascista contra a esquerda faz com que se enunciem estultícias tais como que o Brasil não pode se tornar uma Cuba, Venezuela ou Coreia do Norte, e de que o comunismo após o fim da Guerra Fria

está morto. A onda conservadora em vigor na política obscurantista brasileira faz da direita a pretensa salvaguarda da liberdade, da justiça e do progresso, colocando sobre os ombros da esquerda as responsabilidades por toda forma de autoritarismo, de desordem pública e de decadência política, de corrupção sistêmica. Para a mentalidade obtusa desses direitistas patológicos, talvez os regimes totalitários fascistas sejam menos prejudiciais para a humanidade do que as gestões comunistas, imputadas como as verdadeiras encarnações do mal absoluto na face da Terra. Ora, a pior ditadura que pode existir é a do sistema empresarial, que corrompe toda a estrutura jurídica, econômica e politica da sociedade em nome da realização dos seus interesses privados que violam constantemente a dignidade do povo. Para Marco Aurélio Nogueira,

> Agindo preventivamente, as elites políticas fecharam o sistema, fazendo com que ele ficasse mais corporativo e menos refratário às pressões e demandas da sociedade, menos propenso, portanto, a ações reformadoras. Com isso, o sistema ficou mais tóxico e passou a inalar seus próprios venenos, que também contaminaram os cidadãos (NOGUEIRA, 2013, p. 33).

Os discursos virulentos dos parlamentares das camadas reacionárias (bancada da bala, bancada ruralista, bancada teocrática, bancada neoliberal) mistificam a própria estruturação social, política e econômica da republica brasileira. Ousam acusar o governo petista de "comunista", "bolivariano", "aliado de ditaduras", "promotor de vadiagem", "protetor de bandidos", dentre outros tantos adjetivos ofensivos inapropriados para a realidade vigente. Se o projeto político petista fosse comunista, já teria eliminado da vida política brasileira todos os espoliadores da coisa pública, já teria concretizado o projeto de laicidade republicana, já teria suprimido das organizações toda forma de perspectiva neoliberal, já teria defenestrado a onipotência dos bancos, já teria erradicado das relações sociais os traços fascistas que caracterizam nossa conturbada formação cultural. Somente a histérica fabulação direitista encontra associação entre o governo petista e o projeto comunista, circunstância que, se de fato existisse, promoveria o verdadeiro progresso da sociedade brasileira.

A mentalidade direitista, sofredora de uma doença psíquica congênita, só encontra significação em sua vida fascista mediante a fabulação de inimigos externos que ameaçam a "ordem pública", isto é, seus privilégios privados, demasiadamente privados. A loucura macarthista se manifesta em diversos outros segmentos da sociedade brasileira, inclusive em discursos de jornalistas que, por falta de constância racional, se arrogam intelectuais e ousam criar ridículas listas negras com os nomes de grandes nomes da cultura brasileira que, em decorrência de suas filiações políticas de esquerda, não mereceriam mais o respeito do público.

É imprescindível que dissolvamos a visão unidimensional segundo a qual a atividade mercadológica é o grande motor da sociedade vigente, que cada vez mais evidencia sua caminhada ao abismo da insustentabilidade generalizada. As grandes corporações, para que perpetuem sua aceitabilidade perante a opinião pública adoradora do fetichismo das marcas, constantemente repetem a cantilena de que geram empregos, que aquecem a economia, de que são fundamentais para o progresso social mediante as suas pretensas inovações técnicas e que salvam assim a ordem nacional graças ao empreendedorismo

dos seus executivos. Contudo, essas megaempresas escamoteiam o fato de que espoliam as forças criativas dos seus empregados, de que violam indiscriminadamente as regulações ambientais (apesar de se travestirem de corporações responsáveis, adequadas aos paradigmas ecológicos), de que não pagam os impostos devidos por suas atividades extremamente lucrativas, de que fazem falcatruas com os poderes estabelecidos em nome de concessões, facilitações, licitações fraudulentas e outros negócios escusos que destroem a coisa pública. Portanto, uma governança de futuro, orientada pelo projeto político comunista, deverá dissolver as organizações empresariais de grande porte e estimular atividades cooperativas locais dos trabalhadores unidos em prol de seu empoderamento pessoal na mediação concreta das atividades laborais como realização do ótimo humano. Para István Mészáros,

> O Capital - por sua própria natureza e suas determinações internas – é incontrolável. Portanto, investir as energias de um movimento social na tentativa de reformar um sistema de fato incontrolável é um empreendimento muito mais infrutífero que o trabalho de Sísifo, já que a simples viabilidade mesmo da reforma mais limitada é inconcebível sem a capacidade de controlar aqueles aspectos ou dimensões do complexo social que se tenta reformar (MÉSZÁROS, 2010, p. 144).

Da parte da esfera pública esclarecida e das organizações multitudinárias de resistência ao espírito fascista, o boicote aos produtos das empresas patrocinadoras do golpe parlamentar contra o governo da Presidenta Dilma Rousseff, assim como a instauração da greve geral e de ações de sabotagem contra essas corporações irmanadas com o temerário regime plutocrático dos "cidadãos de bens" são não apenas estrategicamente necessárias, mas axiologicamente legítimas. Urge que se estabeleçam mecanismos de resistência política para além de todo formalismo jurídico esclerosado, cujo respeito apenas auxilia a manutenção das injustiças sociais entranhadas em nossa deficiente formação política. Segundo Marco Aurélio Nogueira,

> Uma reforma em sentido forte, que modifique o sistema, produza impacto na cultura política e no modo de governar, é um desafio que só tem como ser vencido se incluir todas as forças sociais, dentro e fora do Estado. Uma reforma política cosmética, dedicada a alterar regras eleitorais, de nada servirá (NOGUEIRA, 2013, p. 25).

Não podemos acreditar ingenuamente que apenas pelo viés parlamentar conseguiremos vencer as forças retrógadas do capitalismo fascista. Esse respeito incondicional pela letra morta dos paradigmas jurídicos apenas beneficia o status quo que, para satisfazer seus planos criminosos, viola constantemente toda ordem legal. De acordo com Vladimir Safatle,

> Estamos muito acostumados com a ideia de que a democracia realiza-se naturalmente como democracia parlamentar. Isso, no entanto, é falso. Uma esquerda que não tem medo de dizer seu nome deve falar com clareza que sua agenda consiste em superar a democracia parlamentar pela pulverização de mecanismos de poder de participação popular direta (SAFATLE, 2012, p. 51).

Para tanto, as forças multitudinárias unidas nas ruas, nas praças, nos locais políticos de resistência aos disparates temerários dos vendilhões da república brasileira se consolidarão como o escudo vivo que, em sua energia ubíqua,

defenestrará do poder os corruptos direitistas, cujos delitos são escamoteados pela mídia hegemônica e pelo poder judiciário apreciador das benesses plutocráticas. Jacques Rancière argumenta que

> Ampliar a esfera pública não significa, como afirma o discurso liberal, exigir a intervenção crescente do Estado na sociedade. Significa lutar contra a divisão do público e do privado que garante a dupla dominação da oligarquia no Estado e na sociedade (RANCIÈRE, 2014, p. 72).

A frágil estrutura democrática brasileira apresenta suas recalcitrantes deficiências estruturais por alojar nas suas instâncias políticas inúmeros grupos avessos ao estabelecimento do bem comum, fazendo das suas ações terríveis um exercício aviltante de subjugação das demandas sociais fundamentais.

A temeridade política dos infames parlamentares

Grande parte dos parlamentares brasileiros se encontra no ofício errado, não apenas por sua intrínseca desonestidade e incapacidade de atuarem politicamente em favor da coisa pública, mas também pela falta de decoro e seriedade no exercício dos seus mandatos. Em vez de congressistas, melhor seria que fossem profissionais do entretenimento do circo de horrores, pois suas ações indébitas retiram o que ainda existe de seriedade na combalida vida política brasileira. Suas exposições patéticas são ofensas aos palhaços que labutam por reconhecimento das suas habilidades artísticas em nossa conjuntura social cada vez mais insensível aos elementos da cultura superior e do refinamento do espírito. No lugar de versos alexandrinos que enalteçam a sobriedade da vida republicana, sofremos da ação insana de uma frota de trogloditas que uivam como lobos contra o projeto de consolidação democrática da política brasileira. São estupradores da constituição que não hesitam em entoar hinos fascistas em celebração aos atos criminosos de seus ídolos militaristas. Essa escumalha parlamentar só se perpetua no poder por causa da ignorância política de uma massa eleitoral que não vota de maneira crítica, mas baseada nos efeitos emocionais promovidos pela retórica demagógica desses bufões, pelos gracejos inconsequentes ou ainda por motivações pecuniárias (a famigerada compra de votos tão comum em nossa república). Nada é de se estranhar no mundo dos animais políticos do Brasil. Conforme argumenta Tales Ab'Sáber,

> O casuísmo como normalidade, a virtual ilegalidade das ações, a decisão unilateral em proveito próprio e de seu grupo particular, nada faz com que haja reação pública às práticas políticas de exceção do deputado – que se revelam assim de interesse mais amplo – verdadeiro conspirador à direita, por dentro do aparato institucionalizado da democracia (AB'SÁBER, 2015, p. 53).

O programa político dos parlamentares brasileiros que sofrem de crise de identidade se fundamenta sob os signos da espetacularização da vida e do exercício do poder, cultivando assim uma massa eleitoral que só consegue ser atraída para a dimensão política quando recebe estímulos grosseiros, representados pelo escracho, pela apologia fascista da violência, pela homofobia, pela misoginia, pelo reacionarismo teológico, pela exaltação da ignorância, pelo projeto de vida filisteu que nega o desenvolvimento da cultura crítica e da pesquisa cientifica livre das influências obscurantistas. O projeto golpista do usurpador temerário

pretende restabelecer as práticas inquisitórias em uma ordem política que na teoria deveria obedecer aos critérios da laicidade e da livre investigação intelectual. Se houvesse dignidade moral entre esses achincalhadores parlamentares, eles renunciariam aos seus mandatos em prol da posse de políticos mais competentes e capacitados, comprometidos com o benefício da coisa pública. Todavia, como seus interesses pecuniários são soberanos, é vão esperar por tal sonho dourado. Na política, não há como se separar convenientemente razão e paixão; contudo, convém que essa paixão não escambe para o histrionismo desenfreado típico de uma comédia pastelão. Os comportamentos ruidosos desses parlamentares patetões evidenciam que não estão habilitados a representar politicamente os diversos extratos da sociedade brasileira, uma vez que essa chusma de colarinho branco sequer é capaz de agir com compostura e, acima de tudo, lisura para com o bem comum mediante a sagrada probidade administrativa.

A retórica dos parlamentares direitistas em sua grande maioria faz apologia de "Deus", da família, do verde e amarelo, das forças armadas, da polícia, do empresariado empreendedor. Poucos sustentam seus discursos em nome da laicidade republicana e da soberania nacional. Isso comprova que não possuem nenhuma capacidade política para representar a população brasileira como um todo, pois são sectários particularistas atrelados a projetos privados que muitas vezes atentam contra o verdadeiro interesse público. A constantemente enunciada "purificação" do sistema político brasileiro somente encontraria validade se centenas de parlamentares tacanhos, espoliadores da coisa pública nacional, fossem imediatamente retirados dos seus cargos por descumprimento dos seus ofícios constitucionais. Para Noam Chomsky,

> É concebível que os ideais liberais clássicos, expressos e desenvolvidos em sua forma socialista libertária, sejam realizáveis. Mas se assim o forem, serão apenas por um movimento revolucionário popular, baseado em um amplo estrato da população e comprometido com a eliminação de instituições repressoras e autoritárias, estatais e privadas. Criar esse movimento é um desafio que enfrentamos e que devemos cumprir, se quisermos escapar da barbárie contemporânea (CHOMSKY, 2007, p. 54).

Os congressistas nacionais direitistas não possuem qualquer legitimidade moral ou jurídica para se portarem midiaticamente como pavões da moral e dos bons costumes, pois são os primeiros a violar os pretensos valores sagrados que tanto apregoam possuir. Uma análise superficial das suas fichas criminais constata toda sorte de delitos contra o patrimônio público brasileiro e contra cidadãos privados. São os grandes ladrões, os grandes assassinos, criminosos perigosíssimos, perante os quais o poder judiciário se curva e se cala. O ilegítimo governo temerário apregoa lutar contra a corrupção em prol da salvação nacional, esse grande fetiche político do sistema republicano, mas, curiosamente, ousou assentar em seus quadros ministeriais diversos animais políticos chafurdados na lama da corrupção como forma de preservá-los da condenação judicial, assim como de outros crimes graves contra a segurança pública. Quando os direitistas comandam hegemonicamente os três poderes, a corrupção praticada por esse seleto clube de "cidadãos de bens" não é imputada como tal.

A tipologia asquerosa do temerário usurpador

O temerário usurpador do mandato presidencial é como uma criança que, ao perder um jogo para seu amiguinho, utiliza uma série de subterfúgios para estragar a disputa, até o momento em que consegue obter a vitória na marra. A grande diferença no caso do golpe contra o governo da Presidenta Dilma é que o temerário usurpador republicano se aproveitou das cabalas e mancomunações de outros parlamentares inescrupulosos sedentos pela obtenção de mais privilégios criminosos para efetivar sua rapinagem antidemocrática.

O usurpador temerário não possui a virilidade dos grandes líderes que enfrentaram corajosamente os desafios terríveis da vida política. Esse temerário golpista é um emasculado moral. Talvez seu sonho íntimo seja o de chupar um pirulito de framboesa. Atuando nos bastidores políticos em maquinações secretas nas quais, por pusilanimidade, não ousou se manifestar abertamente, essa temerária figura se apropriou de um cargo que, em condições normais, jamais poderia exercer. O único assento que o grande temerário mereceria usar é o trono do vaso sanitário. Esse tipo humano é do pior caráter, pois a sua voz suave esconde seus atos iníquos contra a soberania da república brasileira, tão desgastada pelos degradadores de todos os espectros políticos. Se houvesse dignidade moral em sua consciência, o temerário usurpador renunciaria ao seu cargo ilegitimamente conquistado e conclamaria pela realização de novas eleições. Talvez um ato mais nobre fosse cometer um suicídio ritual, mas não podemos esperar tal nobreza de uma personalidade tão escusa.

A sanha golpista é tamanha que o usurpador da república e seus asseclas não hesitaram em negociar a divisão ministerial sem nem mesmo aguardarem o processo ilegítimo de impeachment contra a Presidenta Dilma Rousseff se desenrolar em sua totalidade. A república brasileira é assim cortada em diversas partes, tal como um bolo de festa, no caso, a festa neoliberal da fragmentação nacional para o consumo dos empresários, dos latifundiários, dos especuladores financeiros, dos fascistas, de todos aqueles que são avessos aos paradigmas democráticos de ampla participação popular no processo de gestão da coisa pública. Segundo Marilena Chauí,

> O que é a sociedade brasileira enquanto sociedade autoritária? É uma sociedade que conhece a cidadania através de uma figura inédita: o senhor-cidadão, e que conserva a cidadania como privilégio de classe, fazendo-a ser uma concessão regulada e periódica da classe dominante às demais classes sociais, podendo ser-lhe retirada quando as dominantes assim o decidem (como durante as ditaduras). É uma sociedade na qual as diferenças e assimetrias sociais e pessoais são imediatamente transformadas em desigualdades e estas em relações de hierarquia, mando e obediência (situação que vai da família ao Estado, atravessa as instituições públicas e privadas, permeia a cultura e as relações interpessoais) (CHAUÍ, 1987, p. 53-54).

O grande gestor temerário e seus lacaios difundiram a ideia de que são animais políticos devidamente preparados para o exercício de uma gestão modernizadora da república brasileira. Todavia, os acontecimentos provam o contrário: discursos desautorizados, declarações impetuosas, tendências truculentas, desvalorização da criação cultural em favor dos paradigmas pragmáticos do mercado, diversos disparates que violam a dignidade democrática.

A repressão da figura feminina na cúpula temerária

A mídia hegemônica, em sua construção distorcida da realidade, apregoa impudicamente até mesmo como é o ideal de esposa republicana sob as tintas do retrógrado espírito colonial, herdeira da arcaica tradição patriarcal que ainda persiste em nossas bases societárias. "Bela, recatada e do lar", sob esses paradigmas normativos vemos emergir do esgoto do passado opressor o padrão comportamental pelo qual a fêmea é valorizada sob a lógica conservadora do macho dominador, que não hesita em estuprar as mulheres que deseja, como uma coisa qualquer a ser possuída. Esse modo de vida é incompatível com o processo moderno de empoderamento feminino em suas mais diversas expressões sociais, atuando como um agente político de maneira autônoma e destemida na sua luta por reconhecimento perante uma sociedade machista e intrinsecamente misógina, sexualmente repressiva. Conforme argumenta Simone de Beauvoir, maravilhosa pensadora que desperta as celeumas mais absurdas em estúpidos parlamentares provincianos que vomitam a apologia da ignorância,

> Condenada a desempenhar o papel do Outro, a mulher estava também condenada a possuir apenas uma força precária: escrava ou ídolo, nunca é ela que escolhe seu destino [...] Desde que pense, que sonhe, que deseje, que respire sem palavra de ordem, está traindo o ideal masculino. É por isso que tantas mulheres só se permitem "ser autênticas" na ausência do marido (BEAUVOIR, 2015, p.117; p. 630)

O homem que não estimula sua esposa a desenvolver uma vida profissional e a construir uma imagem pública de visibilidade similar a sua certamente carece de autoconfiança e teme perdê-la para outrem talvez mais atraente e interessante. Não podemos acreditar que a diferença de idade do marido temerário seja a motivação para tal procedimento de discrição acerca das virtudes de sua esposa, pois existem inúmeros casais que, apesar da distância de idade entre os cônjuges, valorizam a autonomia mútua de ambos na condução das suas vidas pessoais e encontram um amor autêntico nessa intensa relação.

O marido temeroso se caracteriza pelo sufocamento moral de sua esposa e não mede esforços para silenciá-la e impedi-la de desenvolver uma existência socialmente participativa, e quando proliferam as pressões sociais para que sua dama secreta adentre na vida pública, o temerário esposo não hesita em falsificar o currículo profissional da esposa para torná-lo legítimo nessa vaidosa república de bacharéis. A mulher é propriedade privada do marido temerário. Conforme a argumentação de Félix Guattari,

> A alienação sexual, que é um dos fundamentos do capitalismo, implica na polarização do corpo social na masculinidade, enquanto que o corpo feminino se transforma em objeto de cobiça, em mercadoria, um território ao qual se poderá ter acesso na culpabilidade e submetendo-se a todas as engrenagens do sistema (casamento, família, trabalho, etc...) (GUATTARI, 1981, p. 43).

Isso caracteriza um modo de ser fundamentado na retenção afetiva, incapaz de aceitar o florescimento da criatividade existencial do cônjuge. Por temer o olhar libidinoso de outrem dirigido para sua esposa, o usurpador travestido de bom marido cerceia assim a liberdade de sua casta consorte, tornando-a reclusa nos espaços domésticos, como a abelha-rainha virtuosa que dá o doce mel para seu amado zangão. Terrível impotência de

agir e de amar. Em contraponto, a presidenta Dilma é apresentada como uma megera insana, uma mulher tresloucada que perde facilmente o controle emocional. Mesmo sua orientação sexual é vilipendiada pela imbecilidade midiática, ratificadora do machismo recalcitrante, cujos tons coercitivos são indiscutivelmente fascistas, um desserviço para o jornalismo de qualidade comprometido para com o esclarecimento social. Quando ¾ da produção jornalística brasileira se encontra nas mãos de filisteus não se pode esperar que a cultura crítica ao serviço da democracia seja o principio fundamental na enunciação desses discursos.

O patriarcalismo é a tônica do governo ilegítimo do temerário usurpador. Nenhuma mulher figura em seus quadros ministeriais, e não podemos acreditar que tal ausência de representatividade feminina decorra por questões técnicas, por exclusivo mérito dos varões ministeriais. Não se pode negar que a inexistência de participação feminina no projeto temerário de espoliação da república brasileira decorra da incapacidade de se reconhecer a dignidade política das mulheres, relutadas ao âmbito da invisibilidade doméstica, como boas e belas donas de casa que preparam diariamente banquetes para o repasto dos seus maridos. Eis assim instaurado o clube dos desonrados varões da república golpista do Brasil. Para piorar, inexiste nesses quadros direitistas nenhum politico negro ou indígena, circunstância que evidencia uma tentativa infame de branquear o poder nacional tal como uma grande eugenia nazista, onde somente os “puros” terão direitos políticos e cargos mandatários. Os marginalizados do sistema capitalista, os condenados da terra, são mais dignos humanamente do que essa súcia depravada de destruidores da ordem republicana brasileira. Nenhuma riqueza substitui a força de caráter. O temerário usurpador alega com sua hipocrisia contumaz que os partidos coligados em seu projeto golpista não indicaram mulheres, negros, índios e outras expressões da diferença cultural para os seus quadros ministeriais. Mesmo que no futuro tenebroso o temerário clube de varões golpistas que cunha a ferro e fogo seu projeto político de espoliação da república brasileira venha a convidar para seus quadros ministeriais mulheres, negros, índios e outros grupos étnicos, a circunstância oportuna para ao menos tentarem demonstrar seu compromisso com a integração nacional já será algo do passado. O opróbio por tal falta de consciência social já está registrado em marcas indeléveis na ordem republicana brasileira.

O exercício do poder não é abstratamente neutro. Em uma perspectiva formalista, a governança exige que o mandatário controle seu caráter genérico de modo a exercer sua função de maneira objetiva. Todavia, qualquer atividade de comando expressa as qualidades singulares da pessoa que exerce o mandato, tornando-se impossível anular essa particularidade. Por conseguinte, por mais que uma mulher que exerça cargo de liderança apresente alguns atributos assexuais, necessariamente ela imprime sua marca pessoal nessa gestão, resgatando assim justamente seu elã sexual. Nessas condições, o golpe perpetrado pela corja temerária contra a Presidenta Dilma Rousseff não apenas a anula como pessoa, mas como mulher concreta, humilhando todas as mulheres que lutam cotidianamente pelo empoderamento nos mais diversos campos da vida social. Obviamente que o fato de uma mulher exercer cargo governamental não a exime de ser julgada por questões administrativas e jurídicas em caso de

gestão improba. A situação que avilta no processo golpista contra a dignidade humana de Dilma Rousseff é a sua descaracterização como líder plenamente capacitada para exercer suas funções presidenciais, sintoma da misoginia que impera em nossa estruturação sociopolítica que naturaliza o estupro como decorrência de um erro de conduta da própria mulher violentada. Para Bourdieu,

> A definição de um cargo, sobretudo de autoridade, inclui todo tipo de capacitações e aptidões sexualmente conotadas: se tantas posições dificilmente são ocupadas por mulheres é porque elas são talhadas sob medida para homens cuja virilidade mesma se construiu como oposta às mulheres tais como elas são hoje (BOURDIEU, 2014, p. 91).

Os milhões de votos que elegeram Dilma Rousseff contra os sicofantas neoliberais disfarçados de socialdemocratas axiologicamente desorientados não é uma contingência da história, mas o resultado de sua confiabilidade como gestora conquistada duramente perante uma sociedade patriarcalista extremamente conservadora que aos poucos vivencia uma abertura de consciência para a mudança das estruturas politicas em uma nascente gestão democrática. O estigma contra o atentado golpista perpetrado pelas forças reacionárias direitistas jamais será esquecido, e talvez só o sangue desses infiéis da república brasileira aplacará a ira da história política que não perdoa os traidores da nação.

Questões estratégicas

A Presidenta Dilma Rousseff é achincalhada pelos comentaristas midiáticos por sua pretensa incapacidade de articulação política, isolando-se em sua própria base de apoio, obrigada a aceitar seu temperamento forte que tanto desagrada aos melindrosos. Desprovida do carisma espetacular do Presidente Lula, Dilma transmite a imagem de uma mulher avessa aos salamaleques da vida política, tal é o discurso presente no palavreado dos jornalistas e demais ideólogos formatadores da opinião pública. Contudo, a postura mais reservada da Presidenta Dilma é uma salvaguarda contra os especuladores da política e oportunistas partidários, apesar de que mesmo assim em sua gestão governamental a legítima presidenta da república brasileira se encontrou na necessidade pragmática de tecer acordos com partidos desprovidos de compromisso efetivo com seu espectro político, que se associam ao poder estabelecido por puro fisiologismo, de modo a absorverem alguns ministérios e cargos importantes na estrutura governamental para assim beneficiarem seus asseclas. O fato de, sob o cargo de vice-presidente, encontrarmos um infame e temerário traidor da ordem democrática brasileira evidencia o quão perigoso é a manutenção dessas articulações políticas em prol da manutenção da capacidade de gerenciar as atividades presidenciais. Por outro lado, se a Presidenta Dilma abrisse mão desses recursos articuladores seria acusada pelos comentaristas políticos como autoritária, autocentrada, refratária ao diálogo. Em quaisquer circunstâncias receberia críticas de todas as direções.

Na estrutura presidencialista da república brasileira, é tecnicamente impossível o partido no poder conseguir efetivamente governar sem apoio de uma base aliada, e esta nem sempre é composta por partidos comprometidos com causas políticas democráticas, que atendam aos interesses e demandas sociais da população. Para malgrado da política emancipatória, muitos partidos que se dizem de esquerda se associam despudoradamente aos mandamentos do projeto temerário de administração neoliberal da coisa

pública. Decorrem dessa natureza heteróclita dos acordos políticos as artimanhas sabotadoras de coligações partidárias que mudam de orientação mediante conveniências escusas, sem qualquer coerência axiológica. Apesar, todavia, que partidos criados para satisfazer a sanha arrivista de alguns políticos profissionais não possuem qualquer coerência axiológica em seus estatutos, evidenciando assim que são meros instrumentos de ascensão nos quadros parlamentares, mediante as felizes possibilidades de inserção nos meandros do poder. Esses partidos fisiologistas flutuam conforme as conveniências do momento, e são perigosos para a estabilidade democrática, pois são facilmente corrompíveis no sistema de venda política, circunstância que revela o quanto ainda todos nós somos dependentes da tradição coronelista e das picuinhas de fundo de quintal. Para piorar, um grande parlamentar corrupto e psicopata, acidentalmente presidente da Câmara dos Deputados travestido de cristão fiel enlameou a vida política do governo Dilma por demasiado tempo. Suas loucuras prejudicaram acentuadamente a ordem soberana da república brasileira.

O governo de Dilma Rousseff infelizmente não promoveu uma reforma agrária com traços efetivamente revolucionários, procrastinou a demarcação de terras indígenas e apresentou uma relação ambígua com os movimentos sociais multitudinários. Esses talvez sejam algumas das suas principais falhas políticas, assim como a inclusão, no fatiamento ministerial, de alguns partidos oportunistas desprovidos de compromisso para com o progresso da coisa pública. Contudo, dentro das possibilidades efetivas das condições políticas brasileiras, a presidenta Dilma fez aquilo que se encontrava disponível para realização social, pois não podemos fiar nossas esperanças de transformação social em belos parâmetros quiméricos. Afinal, cabe lembrar que muitas propostas progressistas do governo federal foram barradas pelas bancadas reacionárias de congressistas mais preocupados em defender causas estranhas aos paradigmas democráticos do que os interesses genuínos da sociedade pluralista.

Manter a capacidade de governar soberanamente com uma casta de congressistas desprovidos de idoneidade e de respeito pela coisa pública é uma tarefa hercúlea, pois todo projeto político progressista que permita o desenvolvimento da agenda social comprometida com o bem-estar coletivo é cerceado por propósitos escusos desses parlamentares que estão alocados no poder para defender interesses privados de empresas, igrejas e outras corporações. Quem exerce o cargo de presidência da república brasileira talvez seja menos responsável pelos problemas nacionais do que os políticos descompromissados para com o bem coletivo, que estão alocados nos assentos parlamentares apenas para ratificar os interesses corporativos das grandes empresas, assim como os seus próprios, mediante o recebimento de polpudas propinas.

Considerações finais

A degradação política dos deputados federais e senadores brasileiros é um teste para a paciência de todo cidadão que se empenha em atuar pela construção de uma república comprometida com o progresso social. Com efeito, os atentados cometidos por muitos desses parlamentares contra a soberania popular geram justa indignação e revolta com tal intensidade que é de fato difícil se manter o equilíbrio mental perante tantas loucuras políticas. Contudo, apesar da

sandice generalizada produzida pelos parlamentares direitistas, é imprescindível que o avaliador do fenômeno da degenerescência dessa corja política mantenha a lucidez intelectual, pois o propósito dos fascistas golpistas incrustrados nas estruturas parlamentares é justamente gerar instabilidade política e convulsões sociais que desestabilizem a configuração democrática, tornando-a vulnerável aos desmandos repressivos das forças policialescas. Para que possamos eliminar da vida política brasileira os recalcitrantes fascistas (que tanto amam as circunstâncias golpistas), certamente necessitaremos da elaboração uma estratégia de resistência que concilie a racionalidade crítica com a ação multitudinária, estabelecendo assim uma verdadeira democracia social que não se atenha aos formalismos jurídicos que somente favorecem aos interesses plutocráticos de uma elite reacionária que manipula constantemente a flutuante opinião pública.

A resistência ao temerário governo é eticamente legítima, pois apesar da dita pretensão dessa organização golpista em estabelecer a concórdia nacional e unificar politicamente a república brasileira, em verdade seu objetivo real é perpetuar a cisão do mesmo, de modo a manter os privilégios dos espoliadores sem qualquer risco de prejuízo. Esse comitê desestabilizador da democracia brasileira, graças ao apoio fascista dos parlamentares direitas, é o culpado por toda crise institucional, e somente sua leviandade descarada pode transferir a responsabilidade da instabilidade da ordem republicana para o staff da Presidenta Dilma Rousseff. Toda a violência perpetrada por essa cúpula criminosa de temerários golpistas retornará para ela. São filisteus destruidores da cultura, cujos únicos valores existentes são os pecuniários. Esses tacanhos negam todos os valores intelectuais superiores. São reacionários defensores do espírito patriarcal em suas múltiplas expressões societárias. São traidores da ordem republicana e deverão prestar contas dos seus crimes contra a democracia brasileira.

Referências

AB'SÁBER, Tales. **Dilma Rousseff e o ódio político**. São Paulo: Hedra, 2015.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Trad. de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. Trad. de Maria Kühner. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

CHOMSKY, Noam. **O governo no futuro**. Trad. de Maira Parula. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GUATTARI, Félix. **Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo**. Trad. de Suely Rolnik. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MÉSZÁROS, István. **Atualidade histórica da ofensiva socialista: uma alternativa radical ao sistema parlamentar**. Trad. de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2010.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As ruas e a democracia: ensaios sobre o Brasil contemporâneo**. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. Trad. de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2014.

SAFATLE, Vladimir. **A esquerda que não teme dizer seu nome**. São Paulo: Três Estrelas, 2010.